

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.883 - RS (2019/0300948-6)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : JULMIR ALESSI
RECORRENTE : CLEMI DE FATIMA MILANI ALESSI
ADVOGADOS : HENRIQUE DA ROSA SAIBRO - RS089500
NEREU JOSE GIACOMOLLI - RS017568
TIAGO ARNHOLD LUZA - RS085060
FELIPE MRACK GIACOMOLLI - RS110987
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por JULMIR ALESSI e CLEMI DE FÁTIMA MILANI ALESSI contra acórdão proferido pela Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no julgamento do HC n. 0205262-73.2019.8.21.7000.

Os recorrentes foram denunciados pela suposta prática do delito previsto no art. 17, *caput* e parágrafo único, da Lei n. 10.826/2003. De acordo com a denúncia, os recorrentes e outros três corréus possuíam, detiveram, portaram e transportaram acessório explosivo de uso proibido ou restrito, consistente em detonadores de dinamite, em desacordo com a legislação pertinente.

A impetração originária buscou o trancamento da ação penal, sob a alegação de ausência de justa causa e inépcia da denúncia. A ordem, contudo, foi denegada, por meio de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 1103):

HABEAS CORPUS . CRIMES DA LEI Nº 10.826/2003. DENÚNCIA. ARTEFATOS EXPLOSIVOS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ALEGADA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA E INÉPCIA DA DENÚNCIA.

1. O trancamento da ação penal é medida excepcional, que só deve ser aplicada quando indiscutível a ausência de justa causa ou quando há flagrante ilegalidade demonstrada em prova pré-constituída, verificada primo oculi , dada a via estreita do writ , que não comporta aprofundada incursão e avaliação probatória. Precedentes.

2. A denúncia narra o transporte e comércio de elevada

Superior Tribunal de Justiça

quantidade e variedade de materiais explosivos, lastreada em investigação prévia, com interceptações telefônicas e outros elementos informativos. A descrição fática permite a defesa.

3. O limite de atuação dos pacientes depende da instrução, sendo inapropriada a incursão esmiuçada em provas em habeas corpus .

ORDEM DENEGADA.

Neste recurso, a defesa insiste na necessidade de trancar a ação penal, alegando ausência de justa causa, já que a responsabilidade penal foi atribuída aos recorrentes apenas por serem sócios da empresa em cuja sede estavam armazenados os explosivos objeto da suposta prática criminosa. Além disso, aduzem os recorrentes que a inicial acusatória é inepta porque não descreve, de maneira clara e precisa, as condutas delitivas de cada um dos acusados. Aduz, também que as condutas imputadas não se amoldam aos tipos penais indicados na inicial acusatória.

Diante disso, requer, liminarmente, a suspensão da ação penal movida em desfavor dos recorrentes e, no mérito o trancamento do feito.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Acerca do tema trazido nesta impetração, o trancamento da ação penal pela via do *habeas corpus* é medida excepcional, aplicada nas hipóteses de manifesta atipicidade da conduta ou constatação, *prima facie*, de causa de extinção da punibilidade, ou quando se verifica que não existem indícios mínimos de autoria e materialidade, situações não verificadas no caso destes autos.

Neste caso, o Tribunal de origem concluiu que os fatos estão suficiente narrados e as condutas individualizadas, atendendo às exigências do art. 41 do Código de Processo Penal, desautorizando, desse modo, o encerramento prematuro da ação penal.

Superior Tribunal de Justiça

De fato, a peça acusatória informa que a recorrente Clemi de Fátima Milani, juntamente com Julmir Alessi teriam nomeado Julian Milani Alessi representante legal da Paviter Comércio, Terraplanagem e Pavimentação Ltda., e, nessa condição, foi-lhe atribuída a incumbência de transportar material explosivo ou incendiário, ainda que não tivesse autorização para tanto.

Portanto, ainda que de maneira incipiente, a denúncia descreve fatos, em tese, delituosos, de maneira suficiente a garantir o exercício do contraditório e da ampla defesa, sendo prematuro o trancamento da ação penal, ao menos neste momento.

De todo modo, o exame do pleito liminar se imbrica com o próprio mérito da impetração, que será analisado oportunamente, sendo certo que, ao menos em sede de cognição sumária e perfunctória, não vislumbro manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Assim, imperioso um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator